

Com pedido de investigação, defesa de Dilma reage a vale-tudo na Lava Jato

Janio de Freitas

Folha de S.Paulo, 22.12.2016

A etapa é de testes. Em todos os setores com envolvimento, direto ou indireto, nos últimos acontecimentos. Cada qual dando passos além do seu limite legal, ético ou moral, para ver até onde consegue elevar o seu poder sobre as demais instituições.

O que antes podia ser abuso, leviandade e prepotência, passou a constituir uma luta de cabeças transtornadas pela sua "autoridade", ou de grupos com ganância de poder. Fase que se insinuou com a desvairada flor carnívora apresentada pelo procurador Deltan Dallagnol, com 14 pétalas venenosas emitindo flechas acusatórias a um nome no centro –contra o qual, Lula, o obcecado acusador imaginava estar apresentando provas, mas só trouxe palavras alheias e compradas por liberdade, ou ilações suas. Um delírio televisivo.

Passados dois anos de vale-tudo e alguns meses de luta por predomínio institucional, esse estado de coisas começa, enfim, a enfrentar reações de fato. No devido lugar: o Judiciário. Trata-se agora de requerimento da defesa de Dilma Rousseff, ao Ministério Público Eleitoral, para que o ex-presidente da Andrade Gutierrez, Otávio Azevedo, seja ao menos investigado. Há um esforço, bastante numeroso, para que prevaleça a explicação de que Azevedo equivocou-se em afirmações, mas não cometeu falso testemunho. A atenuação também tem base falsa.

Otávio Azevedo mentiu. Ao acusar, em sua delação, a campanha de Dilma de receber da Andrade Gutierrez R\$ 1 milhão ilegais, Azevedo elaborou a falsidade, com o pormenor de um encontro entre ele, Edinho Silva e outro petista, para acertar a doação. Atitude de mentiroso profissional e, parece claro, de espertalhão fazendo mais agrados premiáveis aos promotores e ao juiz da Lava Jato.

A defesa de Dilma apresentou ao TSE comprovante do pagamento de R\$ 1 milhão. Não foi em dinheiro, foi em cheque. Nominal: para Michel Temer. O tal encontro com Edinho Silva e seu companheiro não existiu. Convocado ao TSE, Azevedo alegou equívoco. Mas equívoco não inclui encontros não havidos, pedidos não feitos, nem nomes de pessoas cuja citação as complicaria.

Mais simples, e não menos sugestivo, um outro equívoco atesta a condição de mentiroso de Otávio Azevedo. Verificada a divergência entre o valor declarado pelo depoente e o documentado, como dinheiro da Andrade Gutierrez destinado a Aécio Neves, veio o aumento: é, não foram R\$ 12,5 milhões, foram R\$ 19 milhões. Mais 50% que ele subtraía, no seu jogo de dedo duro para um lado e proteção para o outro.

O empenho em negar os falsos testemunhos de Otávio Azevedo decorre do possível risco de serem anuladas as suas delações premiadas. Foi a punição que Sergio Moro e vários promotores da Lava Jato mencionaram bastante, defendendo-se do perigo de premiarem com a liberdade acusações mentirosas. O precedente não avaliza a confiança da Lava Jato, nem sua atitude posterior.

O doleiro Alberto Youssef, delinquente desde a adolescência, foi importante na grande bandalheira do Banestado, o banco do Estado do Paraná. Ganhou a liberdade, já naquele caso, sob a condição de não voltar ao crime, ou não teria mais direito a

premiação. Voltou e ficou, até ser preso pela Lava Jato. Está em casa desde novembro. Sérgio Moro foi juiz no primeiro caso.

Renan Calheiros testou o Supremo. Luiz Fux, do Supremo, interveio no Congresso, em um teste sem precedente no regime democrático. O Ministério Público, por meio da Lava Jato, testa a Constituição nos seus gloriosos capítulos 5º e 6º, dos deveres e direitos. E por aí vão outros testes. Otávio Azevedo põe Sergio Moro e a Lava Jato em teste.

Michel Temer testa a resistência do país e a tolerância dos cidadãos.